

## O “PASSADO QUE NÃO PASSA”: DIMENSÕES DO TRAUMA NO CONTO “TIO ANDRÉ”, DE BERNARDO KUCINSKI<sup>1</sup>

Suzeli Santos Santana (UESC)<sup>2</sup>

**Resumo:** O trabalho constitui a análise do conto “Tio André”, de Bernardo Kucinski, publicado após o processo de redemocratização política no livro *Você vai voltar pra mim e outros contos* (2014), obra que retoma memórias da ditadura civil-militar brasileira. Nesse sentido, objetiva-se compreender de que maneira a literatura produzida no contexto pós ditadura problematiza os aspectos de violência e autoritarismo, assim como discutir a simultânea necessidade e impossibilidade da elaboração de vivências traumáticas na linguagem literária, partindo da premissa de que o testemunho “se dá sempre no presente” e que “o trauma é caracterizado por uma memória de um passado que não passa” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 69).

**Palavras-chave:** Literatura de testemunho; Ditadura civil-militar brasileira; Traumas sociais; Autoritarismo; Bernardo Kucinski.

### Introdução

Dellasoppa (1991) e Pinheiro (1991) discutem a existência de um autoritarismo socialmente implantado, isto é, a continuidade de práticas de violência, autoritarismo e controle mesmo após a transição política do regime de exceção para o regime democrático. Nesse sentido, é válido pensar o porquê, de 29 anos após o regime militar, ainda fazer-se necessária a problematização deste contexto na literatura contemporânea. Ou seja, faz-se pertinente pensar no contexto político representado na obra *Você vai voltar pra mim*, de Bernardo Kucinski – ditadura civil-militar<sup>3</sup> dos anos 1965-1985 –, mas também pensar o contexto de produção da obra – século XXI, 2014, e obviamente o tempo presente. Sob esse viés, apresentarei algumas considerações sobre o conto “Tio André”, do livro *Você vai voltar pra mim* (2014), de Bernardo Kucinski, na perspectiva de discutir a simultânea necessidade e impossibilidade da elaboração de vivências traumáticas.

---

<sup>1</sup> O presente artigo é parte da minha dissertação de mestrado, ainda em desenvolvimento, sob orientação do Prof. Dr Cristiano Augusto da Silva (UESC).

<sup>2</sup> Graduada em Letras pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Mestranda do Programa de Pós-graduação em Letras: Linguagens e Representações (UESC). Contato: su.ze.liss@hotmail.com

<sup>3</sup> Utiliza-se o termo ditadura civil-militar por considerar que o golpe de 1964 não foi instituído exclusivamente pelas Forças Armadas, mas também pela participação de setores da sociedade civil, como por exemplo as marchas da Família com Deus pela liberdade contra o governo de João Goulart – nas quais participaram lideranças religiosas, políticas e empresariais –, assim como a participação dos civis na elaboração da legislação, inclusive do AI-5. Sobre esse assunto, ver MELO (2012) e REIS (2010).

Bernardo Kucinski nasceu em São Paulo, em 1937, é jornalista, professor e autor de diversos livros sobre economia, jornalismo e política. O autor também trabalhou como assessor especial do presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2006. Kucinski inicia sua carreira de escritor após se aposentar como professor titular da Escola de Comunicações e Artes da USP, em 2007. Desde então, já publicou sete livros de ficção, incluindo *Você vai voltar pra mim e outros contos* (2014), e o romance *Pretérito imperfeito* (2017), seu mais recente trabalho.

Sobre a biografia de Bernardo Kucinski, deve-se elucidar, sobretudo, o fato de o autor ter sido militante contra a ditadura civil-militar, preso e exilado, assim como ter testemunhado o desaparecimento de sua irmã, Ana Kucinski, e de seu cunhado, Wilson Silva, em 1974.

*Você vai voltar pra mim e outros contos*, publicado após o processo de redemocratização política, é composto por vinte e oito histórias que faziam parte de um conjunto de contos escritos entre junho de 2010 e junho de 2013. Segundo o autor, as narrativas selecionadas tematizam especificamente o regime de exceção dos anos 1960 e 1970, no Brasil.

Apesar de Kucinski esclarecer na apresentação de seu livro que sua narrativa deve ser vista como uma criação literária, sem compromisso com a veracidade dos fatos, o autor também chama a atenção para o caráter testemunhal de sua obra, e sua contribuição com a recuperação de episódios marcantes da história política do Brasil: “Aos leitores mais jovens, não familiarizados com aqueles tempos, acredito que essas narrativas de cunho literário permitirão sentir um pouco a atmosfera de então, com nuances e complexidades que a simples história factual não conseguiria captar” (KUCINSKI, 2014, p. 9). Esse paradoxo, talvez, possa ser explicado pela postura ética do escritor, ao entender o limite da linguagem na representação da dor do Outro, ou pela própria dificuldade do autor reelaborar sua experiência traumática.

### **“Tio André”: memórias do trauma**

Narrado em terceira pessoa, o conto “Tio André” se inicia a partir de uma cena sutil, com o diálogo entre o pai José Moura e seu filho Ricardinho, que estão a caminho da casa do tio André, para visitá-lo em seu aniversário. No entanto, essa sutileza é utilizada para

denunciar a violência e autoritarismo da ditadura civil-militar, que ainda se reflete na memória e no corpo das vítimas desse episódio, visto que a partir das perguntas do garoto sobre a condição de reclusa do tio, o pai revela a experiência traumática do irmão:

- Pai, o tio André quer ficar longe de mim também?
- Não, filho, ele gosta muito de você. É da polícia que ele quer ficar longe.
- Por quê, pai? O tio André matou alguém?
- Não, filho, o tio André nunca fez mal a ninguém, ele não mata nem formiga.
- Então, pai, por que ele tem medo da polícia?
- Porque uma vez a polícia bateu nele.
- Pai, por que a polícia bateu no tio André se ele não é bandido?
- A polícia às vezes faz isso. (KUCINSKI, 2014, p. 170-171)

Observa-se, a partir das inquietantes e curiosas perguntas de Ricardinho, atitude muito peculiar de crianças, uma primeira tensão no conto, no qual se inicia a revelação do motivo que levou o tio André ao estado de enclausuramento, a violência policial. Por conseguinte, Ricardinho volta a inquirir o pai, com uma inocente, mas complexa pergunta, que deixa o pai confuso sobre o que responder:

- Então a polícia é do mal?
- José Moura não sabe o que responder. Não quer dizer que a polícia é do mal, mas também não quer mentir. Nunca mentiu ao Ricardinho.
- Não, filho, a polícia é do bem, ela persegue os bandidos, mas antigamente, na época em que bateram no tio André, a polícia era igual aos bandidos, era do mal como eles. (KUCINSKI, 2014, p.171)

Nesta passagem, a denúncia ao regime militar se torna explícita, na qual o personagem José Moura iguala a atitude da polícia à dos criminosos. A memória desse momento passado vai sendo elaborada conforme o Ricardinho faz perguntas ao pai:

- E quando foi antigamente, pai?
- Foi antes de você nascer. O tio André estava na faculdade, tinha só dezenove anos.
- Quantos anos mesmo ele faz hoje, pai?
- Quarenta. (KUCINSKI, 2014, p. 171)

Nota-se, portanto, a presença de dois tempos na narrativa, o tempo presente e o passado, assim como se revela o tempo em que o tio André vive enclausurado por um trauma do passado: vinte e um anos. Os longos anos em que o personagem André se

encontra imerso numa realidade traumática podem ser explicados pela premissa de que o testemunho “se dá sempre no presente” e que “o trauma é caracterizado por uma memória de um passado que não passa” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 69).

A relação com o passado a partir de um tempo presente é uma característica da literatura de testemunho, discutida por Seligmann-Silva (2005, p. 80), o qual destaca, a partir do pensamento de Benjamin, que “toda história é fruto do encontro, de um entrecruzar de um determinado presente com o passado”. Tal constatação explica o testemunho do personagem José Moura na narrativa e o próprio contexto de produção da obra, visto que Kucinski reelabora momentos do passado a partir de um determinado presente. Entretanto, este presente não é tranquilo, até mesmo porque há um “autoritarismo socialmente implantado”, a saber, o “autoritarismo que não termina com o colapso das ditaduras, mas que sobrevive às transições e sob os novos governos civis eleitos, porque independe da periodização política e das constituições” (PINHEIRO, 1991, p. 46).

O narrador evidencia o estado de solidão do personagem André, ao passo que descreve a caminhada do José Moura e Ricardinho até sua casa, revelando também a condição de medo que aprisiona André e o isola da vida social:

Haviam caminhado desde a rodoviária, quase um quilômetro. José Moura calcula que ainda faltam uns seiscentos metros até o beira-rio, onde o irmão ergueu um solitário barraco. Vive dos peixes que pega; se alguém vem pescar nos domingos, ele toma conta do carro, lava, às vezes aluga o barquinho. Mas é raro.

Todo ano José Moura deixa ao irmão quinhentos reais em nota de dez, para a comprinha da semana, o café, o açúcar, o pão de fôrma. No ano anterior, tinham erguido outro barraco perto do André, uns cem metros adiante. Moura lembra que o irmão ficou nervoso. (KUCINSKI, 2014, p. 171)

Sobre este estado de isolamento oriundo de uma experiência traumática, Seligmann-Silva (2005, p. 67) traz contribuições de Bohleber, que discute o trauma como uma quebra de confiança, que produz uma “ilha interna de experiências traumáticas que fica separada e encapsulada da comunicação interna”.

Voltando à narrativa, enquanto pai e filho estão no “pequeno empório refrescante”, um ambiente agradável, Ricardinho aproveita para saber mais sobre o tio, na tentativa de descobrir o porquê de o tio morar isolado de todos:

- Pai, antes de antigamente, onde o tio morava?
- Morava comigo no alojamento dos estudantes, no mesmo quarto.
- E depois de antigamente?
- Depois ele morou em muitos lugares, vivia mudando, não parava nem três meses num lugar.
- Pai, por que ele mudava tanto?
- Era medo de descobrirem onde ele estava morando, de levarem ele de novo e de baterem nele de novo. (KUCINSKI, 2014, p. 172)

O medo novamente aparece como condição existencial do tio André, motivado pelo contexto em que o sujeito estava inserido, pelo trauma do que já havia sofrido e o receio de passar por tal situação novamente. Após o diálogo entre pai e filho, o narrador retoma memórias passadas do José Moura sobre o irmão, lembrando de toda a cautela que André tinha, por insegurança: “Lembra que André não dava seu endereço a ninguém, nem a ele, único irmão. Quando pegava carona, pedia para parar numa esquina e esperava o carro se distanciar para tomar o rumo de onde morava” (KUCINSKI, 2014, p. 172).

A tensão da narrativa é suspense, quando o filho pede um doce ao pai e para de fazer perguntas. No entanto, o narrador evidencia que o silêncio dos personagens demonstra o processamento das informações por Ricardinho, e uma reflexão de José Moura sobre o que ocorrera, instaurando uma nova tensão, a partir de uma revelação do passado: “José Moura também medita. Era ele que a polícia queria, não o André. O irmão nem sabia que ele era da organização; ele fazia questão de não envolver o André, sempre protegeu o irmão menor. Na segunda vez levaram o André para pressionar” (KUCINSKI, 2014, p. 172).

A seguir, observa-se uma descrição de André pelo narrador, no qual nota-se uma certa proximidade ou empatia pelo sujeito descrito, assim como a descaracterização de André após ser preso, a perda de uma identidade, a fragmentação de sua existência:

[...] O irmão curti música e poesia. Não era muito extrovertido, mas gostava de contar histórias, de dizer como tinha sido o dia, quem ele havia encontrado, o que tinha feito, os casos que ouvira. Como se estivesse escrevendo o rascunho de um conto. Naquela época o André estudava literatura brasileira. Queria ser escritor e tinha mania de recitar poemas em voz alta. Depois da segunda prisão, enfiou-se em casa e não voltou mais para a faculdade. Quase não falava. Passava horas trancado no quarto de cima, vigiando a rua. Se aparecia o carteiro da Light, o carteiro, qualquer pessoa de uniforme, ele fechava as persianas e se encolhia num canto de quarto. Um dia, correu pro quintal, pulou o muro dos fundos e fugiu. Ao que parece, tinha visto um policial; também procurou formicida e não encontrou.

O que aconteceu na cadeia, o André nunca contou [à] ninguém.  
(KUCINSKI, 2014, p. 173)

Apesar de André não ser uma pessoa extrovertida, o mesmo tinha uma relação muito dinâmica com a linguagem, ao passo em que contava histórias, estudava literatura e tinha o sonho de ser escritor. No entanto, essa personalidade de André é abalada a partir do momento em que é preso pela segunda vez, situação esta que o limita linguisticamente (“quase não mais falava”), e o impõe a uma condição permanente de medo e insegurança. O silêncio que André determina a si mesmo e a não revelação de seu drama são elementos que acentuam a violência social, na qual opositores ao regime militar de governo e seus parentes estavam submetidos. Nesse sentido, Kehl (2004, p. 11-12) ressalta que:

o último recurso do corpo torturado não é o berro: é o silêncio. O silêncio é a escolha de quem não tem mais escolha nenhuma; e como escolha, é o último reduto (ético) de humanidade desse homem/corpo despojado de todos os outros avatares da condição humana.

Dentro desse contexto, Viñar (1992, p. 73) afirma que o objetivo da tortura “é provocar a explosão das estruturas arcaicas constitutivas do sujeito, isto é, destruir a articulação primária entre o corpo e a linguagem”.

O fato de André associar sempre uma pessoa uniformizada à figura de um policial, o que instaurava uma condição de medo constante no personagem, se deve às memórias dos tempos de tortura, das quais o personagem não consegue se desprender da imagem de seu torturador. Tal leitura guarda relação com as proposições de Viñar (1992, p. 75) sobre a ruptura de harmonia com o corpo e a alucinação, o qual destaca que “a tortura constitui um estado extremo desta ruptura, e o corpo é um elemento capital da produção alucinatória. O aniquilamento do corpo visa estabelecer um mundo binário de horror paranóico onde não existe senão a vítima e o torturador”. Nessa direção, Viñar também discute o tempo do exílio, ressaltando a questão do exílio do interior, isto é, a condição de privação dos que não se exilam/partem:

É um tempo de experiências inéditas, de recolhimento para alguns, de rebelião para outros, de exaltação do narcisismo e das pequenas diferenças para todos. É um tempo de arrogância e de eloquência, de solidariedade e de desconfiança, de heroísmo sóbrio e sereno, de medo reconhecido e dissimulado, de fugas esquizoides diante da violência impossível de controlar. A tempestade e o naufrágio desvelam o melhor e o pior de cada um.

Como se imbricam a realidade política exterior e o espaço interior neste tempo de mudança, de luta e de fracasso?” (VIÑAR, 1992, p. 65).

A condição de clausura do personagem André se aproxima dessa questão do exílio interior, da interferência da ditadura na subjetividade, considerando a ruptura na relação deste sujeito com a realidade, a qual o impõe um estado de isolamento.

A experiência traumática que André teve na cadeia, portanto, nunca fora revelada, talvez, pela dor, o sofrimento serem indizíveis, ou pelo excesso de realidade não permitir sua elaboração. Nessa perspectiva, Seligmann-Silva (2005, p. 68) afirma que a “incapacidade de enlutar leva à melancolia”. Nessa direção, vale destacar também o conceito de melancolia proposto por Freud no ensaio Luto e melancolia, de 1917:

A melancolia se caracteriza por um desânimo profundamente doloroso, uma suspensão do interesse pelo mundo externo, perda da capacidade de amar, inibição de toda atividade e um rebaixamento do sentimento de autoestima, que se expressa em autorrecriminações e autoinsultos, chegando até a expectativa delirante de punição (FREUD, 2011, p. 28).

A circunstância perene de medo de André nos remete também ao conceito de “síndrome de sobrevivente”, proposto por Niederland, segundo Seligmann-Silva (2005, p. 68), apesar de estes estudos estarem voltados especificamente aos sobreviventes de campos de concentração nazistas:

[...] o sobrevivente é caracterizado por uma situação crônica de angústia e depressão, marcada por distúrbios de sono, pesadelos recorrentes, apatia, problemas somáticos, anestesia afetiva, “automatização do ego”, incapacidade de verbalizar a experiência traumática, culpa por ter sobrevivido e um trabalho de trauma que não é concluído.

O aspecto de descaracterização do sujeito é ainda reafirmado com o diálogo que segue entre pai e filho, no qual se estabelece um jogo entre passado (o que o André era), presente (o que o Ricardinho é) e futuro (as expectativas, planos de Ricardinho). Além disso, é interessante pensar no sintagma “sonhador” e seus sentidos, assim como a barreira imposta pelo contexto repressivo de que André voltasse a sonhar:

- O tio André era um sonhador, Ricardinho.
- Ele não acordava pra ir pra escola?
- Sonhador não é isso; sonhador é quem fica imaginando coisas mesmo acordado.
- Então eu sou sonhador como o tio André, porque agora mesmo estava imaginando como vai ser a pescaria. O peixe bem grande que eu e o tio

André vamos pegar e depois eu contando pros meus amigos da escola.  
(KUCINSKI, 2014, p. 173-174)

A tensão maior do conto se estabelece no momento em que pai e filho chegam no barraco do irmão, que é descrito de forma antagônica, “de longe, em meio ao mato alto, tem aspecto lúgubre, um ar de abandono. De perto, parece habitado e bem cuidado”. As janelas e portas encontram-se fechadas, e André não responde o irmão que bate forte na porta. Um caboclo vizinho diz que o homem não aparecia há dois dias, e Ricardinho se aflige:

- Pai, tô com medo... E se a polícia levou o tio André?  
- Aqui não vem polícia nenhuma, guri – diz o caboclo. – Só quem veio no começo da semana foi o fiscal das águas. Apareceu com umas varetas, se fazendo de importante, de bota e capacete, medindo sei lá o quê. (KUCINSKI, 2014, p. 174)

Considerando que, anteriormente, o narrador nos revela que André temia que qualquer pessoa que se aproximava fosse a polícia, a fala do caboclo nos remete à características que nos faz pensar na imagem de um policial (a bota, o capacete, a postura autoritária e as varetas, que lembram instrumentos de tortura). Diante de tal relato, criam-se expectativas no sujeito leitor sobre o paradeiro do personagem.

Ao sentir um odor desagradável pela fresta da porta, José Moura decide derrubar a porta, e encontra “na cama estreita forrada por um resto de colchão, jaz o corpo do irmão, mirrado e rígido, o rosto sem vida, os olhos esbugalhados”. Após fechar os olhos do irmão, encontra “abaixo do estrado a latinha de formicida e a garrafa de guaraná pela metade”. Nesse sentido, revela-se um possível suicídio, constatação simplista desfeita após o Ricardinho entrar e fazer perguntas ao pai:

- Pai, o tio André está sonhando?  
- O tio André morreu, filho.  
- Pai, foi a polícia que matou o tio André?  
Por uns segundos ele pensa na resposta. Ele nunca mentiu ao filho.  
- Foi, filho, foi a polícia que matou o tio André. (KUCINSKI, 2014, p. 175-176)

O desfecho do conto, portanto, não apresenta uma solução para a tensão desenvolvida na narrativa, mas nos revela que a trágica morte de André não se deu pelo livre arbítrio do personagem, mas por um homicídio estatal, isto é, a violência e o



autoritarismo levam à morte de André. Nessa perspectiva, torna-se pertinente algumas reflexões de Viñar sobre a alucinação e a relação com o corpo após experiências traumáticas:

Somente o fato de constatar que o desfecho tem lugar na alucinação, e não em uma escolha lúcida efetuada por um sujeito consciente, é um desafio à reflexão psicanalítica. Estes dois momentos cruciais, a ruptura da relação conhecida com o corpo e a função de apelo inerente à alucinação, estão na origem da conduta que funciona como resposta ao aniquilamento (VIÑAR, 1992, p. 74).

E mais adiante:

Abandonar o corpo para salvar o espírito. Onde, senão na tortura, esta alternativa é tão violentamente radical? Neste ponto agudo da tortura, o desprezo do corpo mortificado permite, ao nível alucinatório, a reestruturação fantasmática de um outro corpo” (VIÑAR, 1992, p. 76).

Portanto, preso às dores, ao medo e aos traumas do passado que não passam, o personagem André encontra no abandono do seu corpo a única saída para voltar a ter liberdade. A partir das discussões de Pinheiro (1991) e Delassoppa (1991) sobre o autoritarismo socialmente implantado, pode-se, também, atualizar o conto, no qual percebe-se ainda a violência do Estado, e mais especificamente através da polícia, o que prova a continuidade de práticas do regime de exceção no atual regime democrático.

Nesse viés, ainda que seja impossível representar, “de forma objetiva”, as experiências traumáticas, entendendo-as como experiências-limites, reconhece-se a importância das narrativas testemunhais, seja pela literatura ou outras linguagens, como um meio de reelaboração do terror vivido, por demarcarem um espaço nos debates públicos da política. Além disso, é incontestável a contribuição destas narrativas para a construção de uma memória coletiva sobre uma história da política brasileira, por vezes, esquecida, e muitas vezes velada.

## REFERÊNCIAS

FREUD, Sigmund. *Luto e melancolia*. Tradução de Marilene Carone. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

KEHL, Maria Rita. Prefácio: A ironia e a dor. In: KUCINSKI, Bernardo. *Você vai voltar pra mim e outros contos*. São Paulo: Cosac Naify, 2014, p. 15-18.

———. Prefácio: Três perguntas sobre o corpo torturado. In: KEIL, Ivete; TIBURI, Marcia (org.). *O corpo torturado*. Porto Alegre: Escritos Editora, 2004, p. 9-19.

KUCINSKI, Bernardo. *Você vai voltar pra mim e outros contos*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e transição. In: *Revista USP*. São Paulo: USP, n. 9, 1991, p. 45-56. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25547>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, memória, literatura: o testemunho na Era das catástrofes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

———. Literatura e trauma: um novo paradigma. In: *O local da diferença: ensaio sobre memória, arte, literatura e tradução*. São Paulo: Editora 34, 2005, p. 63-80.

———. Narrar o trauma - a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. In: *Revista Psicologia Clínica*. Rio de Janeiro: vol. 20, n.1, 2008, p.65-82.

VIÑAR, Marcelo; VIÑAR, Maren. *Exílio e tortura*. Trad. Wladimir Barreto Lisboa. São Paulo: Escuta, 1992.